



POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Thaís Regina de Carvalho¹

Resumo

O presente artigo apresentará análises sobre as políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC, em especial sobre a inserção da temática nos documentos municipais, informações a respeito do início da política e aquisição de creme para cabelo crespo. Para compreender a política utilizamos o referencial analítico da abordagem do Ciclo de Políticas (Ball; Bowe, 1992, 1994), além disso, para fundamentação ancoramo-nos nos estudos sobre relações raciais no Brasil e pesquisas sobre educação infantil e relações raciais. Aspiramos através da exposição da política de Florianópolis/SC contribuir no processo de elaboração e reflexão sobre as possibilidades de políticas de promoção da igualdade racial direcionadas à primeira etapa da educação básica.

Palavras-Chave: Políticas de promoção da igualdade racial; Educação infantil; Creme para cabelo crespo.

POLICIES TO PROMOTE RACIAL EQUALITY AND EARLY CHILDHOOD EDUCATION: THE CASE OF FLORIANÓPOLIS/SC

Abstract

This article will present analyzes of policies promoting racial equality in the municipal Early Childhood Education in Florianópolis/SC, in particular the inclusion of the topic in municipal documents, information about the beginning of the policy and acquisition of cream for frizzy hair. To understand the policy we use the analytical framework of the approach Cycle Policies (Ball, Bowe, 1992, 1994), furthermore, for reasons we rely on studies on race relations in Brazil and research on early childhood education and race relations. Aspire through exposure policy Florianópolis/SC contribute to the process of elaboration and reflection on the possibilities of policies for promoting racial equality directed to the first stage of basic education.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Linha: Políticas Educacionais, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva. Formada em Pedagogia, com habilitação em magistério da educação infantil pela Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação da Prof. Msc. Neli Góes Ribeiro. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina e da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisas sobre políticas de promoção da igualdade racial e educação infantil.



Keywords: Policies to promote racial equality; Early childhood education; Cream for frizzy hair.

POLITQUES DE PROMOTION DE L'ÉGALITÉ RACIALE ET ÉDUCATION INFANTILE: LE CAS DE FLORIANÓPOLIS/SC

Résumé

Le présent article présentera analyses sur les politiques de promotion de l'égalité raciale dans l'école municipale de Florianópolis / SC, en particulier sur l'inclusion de la question dans les documents municipaux, des informations sur le début de la politique et de l'acquisition de la crème pour les cheveux bouclés. Pour comprendre la politique que nous utilisons le référentielle analytique de l'approche de Cycle de Politiques (Ball, Bowe, 1992, 1994), d'ailleurs, pour embasement nous utilisons dans l'étude des relations raciales au Brésil et de la recherche sur l'éducation de la petite enfance et les relations interraciales. Nous Aspirons à travers de l'exposition de la politique de Florianópolis/SC contribuer au processus d'élaboration et de réflexion sur les possibilités de politiques de promotion de l'égalité raciale dirigé la première étape de l'éducation de base.

Mots-clés: politiques visant à promouvoir l'égalité raciale, l'éducation de l'enfance; crème pour cheveux bouclés.

POLÍTICAS DE PROMOCIÓN DE IGUALDAD RACIAL Y EDUCACIÓN INFANTIL: EL CASO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Resumen

El presente artículo presentará un análisis sobre las políticas de promoción de igualdad racial en la red municipal de educación infantil de Florianópolis/SC, en especial sobre la inclusión de la temática en los documentos municipales, informaciones a respecto del inicio de la política y adquisición de crema para el pelo rizado. Para comprender la política utilizamos el referencial analítico del abordaje del ciclo de Políticas (Ball; Bowe, 1992, 1994) además, para la fundamentación se tomó como base los estudios sobre las relaciones en Brasil y pesquisas sobre educación infantil y las relaciones raciales. Se objetiva por medio de la exposición de la política de Florianópolis/SC contribuir en el proceso de la elaboración y reflexión sobre las posibilidades de políticas de promoción de la igualdad racial direccionadas a la primera etapa de la educación básica.

Palabras-clave: Políticas de promoción de igualdad racial; Educación infantil; Crema para pelo rizado.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Partindo do pressuposto de que grande parcela das crianças de zero a seis anos passam boa parte do tempo em instituições de educação infantil e que nesses ambientes vivenciam



processos de escolhas, de cuidar e educar, reconhecendo a si e a seus pares, torna-se importante analisarmos as maneiras como a diversidade étnico-racial e a promoção da igualdade racial vêm sendo contempladas nesses espaços. Considerando essas questões, o presente artigo abordará parte do resultado de uma pesquisa realizada na Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis/SC e suas unidades educativas durante o ano de 2012. Tal pesquisa² aspirava analisar as possibilidades, limites, dificuldades e contradições nas formas de implantação e tradução das políticas de promoção da igualdade racial direcionadas à primeira etapa da educação básica.

Para compreender a política utilizamos como referencial teórico analítico a abordagem do Ciclo de Políticas (Ball; Bowe, 1992, 1994). Esta abordagem considera que as políticas estão em movimento, são complexas e instáveis, envolvendo contradições, conflitos, lutas, interesses, interpretações e traduções, não se constituindo, assim, em um processo linear, ordenado, transparente e incontestável (BALL, 2009). A abordagem do Ciclo de Políticas:

(...) destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Esse referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível. (MAINARDES, 2006 b, p. 95).

Os autores propõem a análise das políticas a partir de cinco contextos, são eles: Contexto de Influência, Contexto da Produção de Texto, Contexto da Prática, Contexto dos Resultados/Efeitos e Contexto da Estratégia Política. Esses Contextos estão inter-relacionados, por isso não precisam ser analisados de forma linear.

Portanto, compreender as políticas educacionais abrange considerar desde os movimentos realizados para a sua formulação até a sua (re) significação/efetivação, sendo que toda essa trajetória é permeada por disputas, valores, (re) contextualização, transformações e relações de poder. Dessa maneira, o Ciclo de Políticas propõe superar a separação entre proposta e “implementação”. Ball (2009), nos chama atenção para o fato de que as políticas não são simplesmente implementadas e sim contestadas, (re) contextualizadas, transformadas e traduzidas pelos atores.

Ancorados/as no referencial analítico da Abordagem do Ciclo de Políticas (Ball; Bowe, 1992, 1994), nos estudos sobre relações raciais no Brasil (MUNANGA, 2001; GOMES,

² Para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestoras municipais, aplicação de questionários (via endereço eletrônico) para as diretoras das unidades educativas, informações sobre oferta de formação continuada, aquisição de materiais, matrículas e avaliação.



1996, 2003; SILVA, 2005, 2012; CARDOSO, 2012; GONÇALVES e SILVA, 1998; entre outros) e pesquisas sobre educação infantil e relações raciais (CAVALLEIRO, 2003; DIAS, 2007; OLIVEIRA, 2004; ROSEMBERG, 2012; SILVA, 2010; SANTOS, 2008, entre outras), a seguir apresentaremos informações sobre a política de promoção da igualdade racial da rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC.

A POLÍTICA COMO TEXTO: BREVES NOTAS SOBRE OS DOCUMENTOS MUNICIPAIS

Embora reconheçamos a existência de lacunas entre as disposições da política como texto e as traduções, ressignificações e (re) contextualizações das políticas nas unidades educativas e sistemas educacionais dedicamos essa parte da produção para abordar de forma sucinta a maneira como a diversidade étnico-racial e a promoção da igualdade racial estão inseridas nos documentos municipais de Florianópolis/SC.

Por meio da análise dos documentos: Plano Municipal de Educação (2009); Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil de Florianópolis (2010); e Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede Municipal de Florianópolis/SC (2012) observamos que aspectos relacionados à diversidade étnico-racial e identidades estão elencados como subsídios que integram o rol de ações e a qualidade das instituições de educação infantil.

O Plano Municipal de Educação de Florianópolis/SC (2009) é subdividido em dezesseis eixos temáticos, os quais contêm diretrizes e metas. Diante da gama de temáticas, definimos analisar os eixos Educação Infantil e Educação das Relações Étnico-Raciais. Sobre a sua construção, o documento apresenta que sua elaboração foi realizada a partir de um processo participativo e democrático, envolvendo dois anos de debates públicos. Esse processo contou com a representação de instituições de ensino, sociedade civil organizada e administração pública. O movimento negro de Florianópolis/SC, além dos demais movimentos sociais, teve, portanto a possibilidade de participar no processo, inclusive com a composição das comissões, numa das quais identificamos um ativista do movimento negro (à época integrante do Núcleo de Estudos Negros e doutorando em educação pela UFSC) compondo a Comissão de Sistematização. Também observamos a participação de integrantes da “Comissão



Propositiva de Políticas Afirmativas para a questão da Diversidade Étnico Racial³” tanto na comissão de sistematização quanto dentre os/as colaboradores/as.

Já as “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010)” subdividem-se em três partes. A primeira apresenta os princípios das Diretrizes, a segunda trata de temáticas específicas (escritas por conferencistas) e a última são os relatos de experiências vivenciadas em seis Creches e quatro Núcleos de Educação Infantil. Conforme disposto na sua apresentação, o documento foi elaborado por uma pesquisadora da área de educação infantil. A segunda parte é composta por seis conferências de pesquisadores/as convidados/as, também de autoria individual. E, a terceira parte, que contém uma série de relatos de práticas pedagógicas desenvolvidas em unidades educativas da rede apresenta algumas experiências de autoria individual e outras de coletiva.

Por fim, as “Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede Municipal de Florianópolis/SC (2012)” são subdivididas em quatro partes. A primeira apresenta as “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil de Florianópolis” e as “Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil”. A segunda discute aspectos relacionados à brincadeira. A terceira, os núcleos da ação pedagógica, entre eles: Relações sociais e culturais, Linguagens (oral e escrita, visual, sonora e corporal) e Relações com a natureza. E, a quarta parte aborda as estratégias da ação pedagógica. De acordo com o enunciado em sua apresentação, esse documento foi construído de forma participativa e a necessidade da sua elaboração se deu durante a oferta de formação continuada. Segundo o documento, ao longo do processo foram realizados diálogos entre os/as diretores/as, professores/as e supervisores/as, a equipe da Secretaria Municipal de Educação e as consultoras pesquisadoras da área.

Conforme nos coloca Ball (2009), as políticas não se dão de maneira isolada, por isso, ao trabalharmos os documentos municipais também analisamos alguns documentos nacionais, pois embora o Governo Federal não seja mantenedor das unidades educativas, o mesmo ocupa um papel importante ao se relacionar com as redes, principalmente através da elaboração de documentos orientadores, definindo padrões de qualidade a serem observados pelos serviços e buscando um papel indutor, por vezes, inclusive condicionando o repasse de recursos da União à adesão a determinados programas.

³ A referida Comissão é responsável pela elaboração das políticas de promoção da igualdade racial da rede municipal de educação, adiante apresentaremos a mesma de maneira mais detalhada.



Focalizando a diversidade étnico-racial, em linhas gerais, as políticas propostas em âmbito municipal e nacional dialogam entre si. As mesmas agregam semelhanças ao abordarem elementos como: respeito, valorização das identidades, diversidades, religião, gênero, trabalho com as diferenças, na utilização de alguns termos, entre outros aspectos.

Nas análises dos documentos, verificamos que termos como: diversidade étnica, cultural, etnia, identidade étnico-cultural são mais mencionados nas “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010)” e em alguns documentos nacionais como: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, vol. 1, 2, 3 (1998), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, vol. 1 e 2 (2006) e Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis à Educação (2006). Porém, termos como raça, étnico-racial, brancos e negros, identidade étnico-racial também foram utilizados, em especial, pelos seguintes documentos municipais: “Plano Municipal de Educação de Florianópolis/SC (2009)” e “Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede Municipal de Florianópolis/SC (2012)”, e pelos nacionais: “Critérios para um atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (1997)”, “Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009)” e “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009)”.

Pesquisas apontam para uma tendência de determinados documentos oficiais utilizarem o termo etnia ao invés de raça, com intuito de abranger questões socioculturais. Contudo, outras correntes retratam que a simples troca de termos não resolve os problemas relativos às relações raciais, racismo e mito da democracia racial. Nesta perspectiva, o termo raça não deve ser compreendido no sentido biológico e sim no político e social. Estudos também relatam a importância da utilização de alguns termos mais específicos, visto que existe uma imprecisão no entendimento das questões raciais, fato que pode gerar dificuldades no desenho e implementação/interpretação das políticas. (RODRIGUES, 2011, p. 152).

Salientando as definições apresentadas no “Plano Municipal (2009)”, em especial nos eixos citados, constatamos que no eixo de Educação Infantil as questões sobre diversidade aparecem de maneira sucinta, sendo elencadas no debate sobre construção das identidades cultural e racial, bem como na necessidade das políticas para a infância serem articuladas com o setor da Cultura e Diversidade. No item específico sobre Educação das Relações Étnico-Raciais, a temática é tratada de maneira articulada com as outras responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação, apontando diversas medidas a serem desenvolvidas.



Em meio aos assuntos abordados nas “Diretrizes Educacionais (2010)” observamos que embora seja um documento publicado recentemente as questões sobre diversidade aparecem de maneira episódica. Todavia, vale realçar preocupações com as expressões gráficas propagadas através das imagens selecionadas que colocam em destaque as crianças negras e brancas da rede.

No que se refere à utilização de termos e abordagens dos assuntos, conseguimos observar que o documento “Orientações (2012)” trabalha de forma mais detalhada a diversidade étnico-racial e cultural do que as “Diretrizes Educacionais Pedagógicas para Educação Infantil de Florianópolis (2010)”. Observa-se que as “Diretrizes Educacionais (2010)” esboçam a preocupação de maneira mais explícita através das imagens e as “Orientações (2012)” avançam no sentido de incluir a temática em todas as discussões, além de dedicarem um item (Gênero, etnia, cultura: a diversidade como princípio das relações educativas) destinado a esboçar a importância dos/as profissionais estarem atentos/as a esses aspectos.

Após a leitura dos documentos que buscam orientar e regulamentar a gestão, políticas e unidades municipais de educação infantil, interpretamos que os documentos construídos de forma participativa abordam de maneira mais explícita as questões relacionadas à diversidade étnico-racial e promoção da igualdade.

Embora consideremos que as políticas não são simplesmente implementadas e sim passam por relações, tensionamentos e disputas por poder, sendo (re) contextualizadas e (re) significadas pelos sujeitos, acreditamos que o cenário exposto através dos textos políticos favorece o debate sobre a promoção da igualdade étnico-racial na rede municipal de educação de Florianópolis/SC, bem como gera maiores responsabilidades por parte das gestões e unidades educativas. Sendo assim, embora colocada de maneira mais específica em alguns documentos e de forma mais ampla em outros, a discussão sobre a temática não está silenciada. Atribuímos essas modificações à atuação e participação de militantes do movimento negro e pesquisadores/as da área que por meio de lutas, debates, embates e proposições, principalmente no âmbito educacional, vêm conquistando mudanças na ação do poder público (RODRIGUES, 2011, p. 12).

Para finalizar, analisamos que a presença da diversidade na problematização desses documentos pode ser utilizada como argumento para desmistificar a ideia de que as questões voltadas para a promoção da igualdade racial não precisam ser debatidas e trabalhadas na



educação infantil e sim somente no ensino fundamental, prioritariamente nas disciplinas de artes, história e português. Os documentos estudados, em diferentes graus, dialogam com a tese que tem como função orientar as instituições de educação infantil com ações que visam valorizar, contemplar e respeitar todas as crianças, bem como o processo de construção das identidades que estão regulamentadas.

Em face ao exposto, resta-nos nesse momento investigar em que sentido as políticas propostas pelos documentos municipais estão sendo interpretadas, traduzidas e (re) significadas pela Diretoria de Educação Infantil e pelas instituições da rede pública de educação infantil de Florianópolis/SC.

POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Conforme entrevista realizada com a assessora Antonieta⁴, - à época responsável direta pelas ações direcionadas à educação das relações étnico-raciais e promoção da igualdade racial na rede pública de educação infantil de Florianópolis/SC – as políticas direcionadas a ERER começaram de maneira tímida e ao longo do tempo vêm se consolidando.

Tal política teve seu início marcado pela necessidade de dar respostas às denúncias de ativistas do movimento negro e professores/as participantes de uma formação continuada ofertada pela Diretoria de Ensino Fundamental. Essa denúncia foi baseada na distribuição, no ano de 2007, de um calendário que só apresentava imagens de crianças brancas. Esse caso gerou, inclusive, a chamada para uma audiência pública na Câmara de Vereadores para discutir as providências a serem tomadas. Assim, surgiu a necessidade da criação de uma comissão para tratar a questão. Antonieta explica esse episódio assim:

E foi um início, como eu posso dizer, foi um início bem tímido. Foi muito mais porque a gente teve uma comissão para responder. Foi assim: chegou um calendário da rede (...). E quando esse calendário entrou na sala eu disse: “Nossa! A rede não tem criança negra?” A foto das crianças, era de crianças brancas. Esse calendário deu pano pra manga, porque outras pessoas tiveram a mesma reação que eu, inclusive o João (...). E daí, precisou-se montar uma comissão para responder e aí que foi instaurada a Comissão de Políticas Afirmativas. E aí foi montada, eu, o Joaquim e a Geninha. Não, não fui eu no início, no início foi a Maria José, daí a Maria José saiu da D.E.I e quando a Maria José saiu precisava colocar alguém na comissão e eu já estava (estralo com os dedos) a um tempão assim namorando. Daí eu disse: eu gostaria, e eu entrei na comissão. (Antonieta – entrevista concedida em 26/03/2012).

⁴ Os nomes citados são fictícios.



No episódio do calendário analisamos a expressão da branquidade normativa que está imersa nas diversas instâncias da sociedade. Entretanto, algumas discussões vêm causando impacto visto que, a partir da percepção sobre a ausência de crianças negras no material a ser distribuído para toda a rede, conseguimos vislumbrar por parte de algumas/alguns integrantes dos movimentos negros, bem como da gestão e de professores/as, um movimento de quebra de silenciamentos e da branquidade normativa, principalmente no que se refere à representação simbólica nos materiais institucionais. Tendo em vista que essa questão vem sendo apontada há muitos anos em diversos debates e materiais que buscam contemplar a promoção da igualdade racial, acreditamos que essa percepção pode ter sido impulsionada pelas lutas promovidas por ativistas e estudiosos/as da temática. Sobre isso conhecemos que:

Educar para a igualdade racial na Educação Infantil significa ter cuidado não só na escolha de livros, brinquedos, instrumentos, mas também cuidar dos aspectos estéticos, como a eleição dos materiais gráficos de comunicação e de decoração condizentes com a valorização da diversidade racial. A escolha dos materiais deve estar relacionada com sua capacidade para estimular, provocar determinado tipo de respostas e atividades. (BRASIL, MEC, 2012, p. 21).

Prosseguindo na identificação da trajetória da criação das políticas municipais que propõe a educação das relações étnico-raciais na educação infantil expomos que de acordo com a gestora Lélia, primeiramente, essa comissão era reconhecida enquanto uma comissão da Diretoria do Ensino Fundamental, pois embora se compreendesse a necessidade de incluir a educação infantil nessas ações, essa comissão era caracterizada como uma comissão do ensino fundamental que abordava as questões referentes à diversidade. Em meio a esse contexto, a Diretoria de Educação Infantil se articulava com a Diretoria do Ensino Fundamental a fim de que os/as profissionais da educação infantil também pudessem desfrutar das formações sobre diversidade.

Segundo as entrevistadas, após a instauração dessa Comissão, as políticas de promoção de igualdade racial também começaram a integrar o rol de prioridades da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis/SC. Então, a partir do dia 12 de abril de 2007, através da PORTARIA N° 038/07 a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC passou a contar com uma Comissão de Políticas Afirmativas, intitulada *Comissão Propositiva de Políticas Afirmativas para a questão da Diversidade Étnico Racial*. Os materiais analisados indicam que a criação dessa Comissão tem como metas refletir e organizar as ações para toda a rede municipal de educação. A partir do estudo dos seus documentos observamos que, através de enunciados que buscam denunciar, questionar e superar as situações de preconceito



e discriminação, os objetivos expostos pela Comissão vêm ao encontro das disposições colocadas nos documentos nacionais direcionados à educação das relações étnico-raciais. O depoimento a seguir demonstra o avanço dessa política na primeira etapa da educação básica:

(...) a coisa foi acontecendo e foi tomando corpo e acho que a gente foi ocupando espaço também. Da mesma forma que a *Geninha* ocupou o espaço dela, o *Joaquim* ocupou, eu acho que na educação infantil está acontecendo também. E aí, claro, é porque tinha uma Gerência e uma Diretoria que dava todas as possibilidades, senão eu ia esperar, esperar. (...). De uns dois anos pra cá, a gente vem firmando isso, pois educação infantil tem uma pessoa que fala sobre. Tanto que aí o *Joaquim* e a *Geninha*, quando chegava para eles uma demanda da educação infantil, eles não respondiam mais, eles mandavam pra gente, porque antes eles faziam. (Antonieta – entrevista concedida em 26/03/2012).

Por meio dessas informações, percebemos um retorno relativamente rápido da SME, fato que pode ser interpretado como um terreno em que os/as gestores/as da secretaria de educação tiveram uma postura proativa a respeito da importância da temática. De acordo com depoimentos, durante a organização das ações da Comissão foram mantidos diálogos entre a Secretaria Municipal de Educação e alguns/algumas militantes do movimento negro, em especial do Núcleo de Estudos Negros/SC, Movimento Negro Unificado/SC, União de Negros pela Igualdade/SC e Associação Mulheres Negras Antonieta de Barros/SC. Assim como em outros estudos (RODRIGUES, 2005; 2011; SANTOS, 2005; SILVA; ARAÚJO, 2005), observamos a atuação dos movimentos negros em âmbito educacional. No caso de Florianópolis/SC, essa parceria se deu principalmente na elaboração das políticas de formação continuada sobre a temática.

Conforme os depoimentos, a concepção de uma educação das relações étnico-raciais está inserida nas responsabilidades da Diretoria, pois embora não existam normativas municipais específicas da educação infantil que abordem essa temática, as entrevistadas afirmaram que ela está inserida nas Diretrizes Educacionais Pedagógicas para a Educação Infantil (2010) e nas Orientações Curriculares para Educação Infantil da rede Municipal de Florianópolis/SC (2012). Além disso, algumas unidades têm explanado essa preocupação através da inserção do tema no projeto político pedagógico. Todavia, cabe lembrar que essa introdução passa por processos de construção e aceitação, principalmente se tratando de Santa Catarina, na qual o fato de contar com apenas 15% da população autodeclarada preta e parda (percentual mais baixo entre os estados brasileiros) faz com que algumas pessoas criem que não há relevância em se discutir relações raciais, nem ao menos propor políticas que contemplem a igualdade racial.



E, é diante desses processos e contextos políticos, os quais não são neutros e sim permeados por disputas por poder, em especial nesse caso por disputas para mudanças nas matrizes curriculares que se iniciou a elaboração e desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil de Florianópolis/SC. A seguir abordaremos as maneiras como as políticas de promoção de igualdade racial vêm sendo traduzidas pela Diretoria de Educação Infantil e suas unidades educativas.

(RE)CONTEXTUALIZAÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO E TRADUÇÃO DAS POLÍTICAS

Conforme vimos colocando ao longo desse artigo, consideramos que as políticas estão em movimento e não são simplesmente implementadas e sim passam por processos de interpretação, tradução e ressignificação. Diante do panorama apresentado sobre o início da política, bem como das análises das entrevistas e demais informações coletadas observamos que as formas de interpretação e tradução das políticas de promoção da igualdade racial da rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC se concentram, principalmente, na oferta de formação continuada, inserção da temática nos documentos municipais, compra de obras literatura infantil, aquisição de bonecos/as negros/as e creme para cabelo crespo. Para este artigo optamos por enfatizar a política de aquisição de cremes para cabelo, pois consideramos que a mesma é o diferencial da proposta do município, visto que essa estratégia de investimento em cremes de cabelo não existia e ao ser iniciada teve como protagonistas os cabelos crespos. Acreditamos que a partir dessa iniciativa possam ser colocados em debate a ampliação dos referenciais de beleza, além das possibilidades dos brincares.

De acordo com as entrevistadas, a realização de políticas de promoção da igualdade racial exige, além do investimento em formação continuada das profissionais, aquisição de materiais, uma mudança de postura:

A primeira coisa que eu acho é que exige uma mudança de postura dos profissionais. Não dá pra gente pensar em prática de igualdade racial, pensando dentro das mesmas concepções que a gente tem. Igual a gente foi educada, foi construído na gente, uma concepção que a gente precisa desconstruir e isso exige mudança de postura do profissional. Então, não dá pra se pensar um professor que está promovendo a igualdade racial, promovendo essa questão mesmo da igualdade, se eu não pensar em todos os momentos, em cada planejamento, em cada dia e em cada construção do meu olhar e como eu vou me colocar diante do grupo, qual vai ser a minha fala, (...), qual a valorização que eu trago para aquele grupo. Qual conceito de estética que eu trago.



Não dá pra se pensar educação étnico-racial ou promoção de igualdade sem se pensar nisso, no meu ponto de vista. (Antonietta – entrevista concedida em 26/03/2012).

O debate sobre as mudanças de postura apresenta questões relevantes de serem pontuadas em nosso estudo. Defendemos que essas modificações podem estar inseridas nas problematizações referentes à matriz curricular, pois embora a legislação conte com normativas que indicam a inclusão de aspectos da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica, pesquisas (DIAS, 2011; FERNANDES, 2011) vêm apontando que isso ainda não é uma realidade de toda a rede de educação em Florianópolis/SC. Considerando que os currículos e suas implicações são permeados por relações de interesse e disputas por poder (SILVA, 2001) as discussões que buscam denunciar a branquidade normativa, os silenciamentos, os padrões de beleza e as relações raciais tornam-se relevantes.

Salientando a aquisição de cremes para cabelo crespo, conhecemos que, independente do pertencimento étnico-racial, este encaminhamento gerou muitos debates e resistências por parte dos/as profissionais de toda a rede municipal de educação. Analisamos que essas resistências também podem ser interpretadas compreendendo a complexidade das relações raciais brasileiras e a *etiqueta das relações raciais* (NOGUEIRA, 2006; SILVA, 2005), a partir das quais se entende que explicitar as relações de desigualdades e preconceitos raciais altera o discurso universalista e passam a ser considerados racismo e discriminação.

As relações raciais no Brasil apresentam características complexas e a ambiguidade é uma marca, e concordamos com as afirmações de que preconceito e não preconceito podem ocupar os mesmos espaços. Nossa hipótese refere-se a quando discursos e atitudes discriminatórias ou não discriminatórias são acionadas. A julgar pela grande disparidade de poder que a população branca mantém no Brasil, os discursos e práticas discriminatórias não são acionados a esmo. (SILVA, 2005, p. 67).

Ponderando que o processo de construção das identidades valorizadas é uma das demandas das lutas antirracistas, a inserção de cremes de cabelos no ambiente educacional explicita o reconhecimento positivo de um grupo costumeiramente subalternizado socialmente e questiona a branquidade normativa o que possibilita compreender as resistências. Sem dúvida, essa ação também pode ser elencada como um dos elementos que compõem as políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil.

Segundo a gestora Lélia, a iniciativa de adquirir cremes para cabelo afro se deu a partir das discussões sobre a compra de materiais específicos, bem como pela observação da brincadeira das crianças. Nesse contexto,



A grande polêmica começou com o creme de cabelo. (...) há alguns anos atrás, nós resolvemos comprar, por observação do cotidiano das crianças, da brincadeira das crianças, o creme de cabelo para cabelo afro. E uma ação tão simples dessa, causou um reboiço assim na rede, porque muitas professoras entendiam que isso era discriminar. Por que vai um creme de cabelo? Porque essa criança sempre era a cabelereira, ela não conseguia ser a moça que ia cuidar do seu cabelo no salão, a menina que ia cuidar. E não conseguia entender isso, achava que era discriminação. (Lélia – entrevista concedida em 27/03/2012).

A situação relatada pela gestora Lélia também pode ser interpretada como consequência do mito da democracia racial, o qual ao disseminar que as relações são harmônicas independentemente das características fenotípicas, silencia as desigualdades raciais, desconsiderando assim a importância de políticas que visem combatê-las. Amaral (2012) ao pesquisar aspectos relacionados à construção das identidades das crianças em uma unidade de educação infantil de Curitiba/PR observou situações semelhantes às relatadas pela gestora Lélia. Segundo a pesquisadora, no momento da brincadeira do salão de beleza os objetos e acessórios disponibilizados pelas professoras contemplavam somente os cabelos lisos. Conforme Amaral (2012) essa ausência pode revelar a desconsideração das crianças negras nos ambientes educativos, além da não valorização dos cabelos crespos.

Como é de nosso conhecimento, as relações raciais no Brasil se constituíram de maneira muito particular e em muitos casos se dão de forma velada, cenário que dificulta a identificação de práticas racistas e discriminatórias. Concordamos com Munanga (2001) que: “Qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberia um apoio unânime, sobretudo quando se trata de uma sociedade racista. (p. 32)”.

De acordo com as entrevistadas (Lélia e Antonieta), inicialmente essa medida causou dúvidas até mesmo por parte das profissionais da Diretoria de Educação Infantil, principalmente no que se refere à maneira de encaminhamento. Novamente, apontamos a complexidade das relações raciais brasileiras. Estas são tão fortes que mesmo os indivíduos que se colocam comprometidos com essas demandas também estão sujeitos a passar por situações de dificuldades referentes às orientações. Tal situação demonstra a importância de nas discussões sobre como se dão as relações sociais no Brasil também considerarmos as relações raciais, pois:

No Brasil, o racismo, perpassado pelo mito da democracia racial, foi estruturado com uma especificidade. Ele foi sistematicamente negado no discurso público, mas reafirmado nas práticas cotidianas. Assim, diferentemente de outras sociedades em que o discurso afirma abertamente a condição de inferiores/diferentes dos negros em relação aos brancos, em nossa sociedade o discurso sempre afirmou a condição de



inferiores/iguais. (...) Aqui negros e brancos têm um “lugar social” historicamente determinado. (MARÇAL, 2011, p. 12-13).

Portanto, nota-se a relevância de problematizações sobre relações raciais que incluem toda a sociedade. Conforme a gestora Lélia, dentro da própria Diretoria de Educação Infantil houve debates a respeito da especificação dos/as beneficiados/as diretos/as do produto. Todavia, após discussões foi acordada a necessidade de explicações detalhadas, e no dia 21 de agosto de 2009 foi enviada para as unidades de educação infantil a Comunicação Interna nº 037, com a seguinte redação:

Considerando a especificidade da Educação Infantil quanto ao cuidar e educar e tendo em vista o cumprimento da Lei 10.639/2003, bem como o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais, tendo como foco a criança negra e a valorização de suas características, sua auto imagem, auto estima, e identidade racial, estamos encaminhando para as Unidades de Educação Infantil o creme para pentear. Salientamos que este produto precisa da avaliação das unidades, quanto a sua qualidade e eficiência, portanto solicitamos que seja encaminhada a esta Diretoria, avaliação por escrito sobre o referido produto até 30/09/2009. Vale lembrar que, “(...) *temos direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza*”. *Boaventura de Souza Santos, 2003*. Atenciosamente, S. C. L. F. - Diretora de Educação Infantil. (FLORIANÓPOLIS, SME, 2009).

Como citado anteriormente, para além de uma mera compra, essa ação levanta discussões referentes à estética, já que ao colocar que os cabelos crespos também podem ser penteados e cuidados, de certa maneira, contribuímos para ampliação dos referenciais de beleza. Tendo em vista que ações de cuidar e educar integram os eixos estruturantes da educação infantil consideramos que a estratégia de investimento em cremes para cabelo crespo, também pode ser compreendida como uma possibilidade de política de promoção da igualdade racial direcionada à primeira etapa da educação básica.

De acordo com pesquisas, muitas profissionais alegam não pentear os cabelos de crianças negras por “não saberem cuidar dos cabelos crespos”, fato que provoca ausências de carinhos, elogios e cuidados para/com algumas crianças (CAVALLEIRO, 2003; OLIVEIRA, 2004; DIAS, 2007). Para Gomes (2003):

O papel desempenhado pela dupla: cabelo e cor da pele na construção da identidade negra, foi o ponto de maior destaque durante a realização da pesquisa. A importância desses, sobretudo do cabelo, na maneira como o negro se vê e é visto pelo outro, até mesmo para aquele que consegue algum tipo de ascensão social, está presente nos diversos espaços e relações nos quais os negros se socializam e se educam: a família, as amizades, as relações afetivo-sexuais, o trabalho e a escola. Para esse sujeito, o cabelo carrega uma forte marca identitária e, em algumas situações, é visto como marca de inferioridade. (GOMES, 2003, p. 173).



Em meio a essas considerações, ponderamos que a ascensão social - o que para muitos/as pode caracterizar princípios da democracia racial -, não representa a isenção do racismo, nem ao menos significa a extinção de atitudes racistas, discriminatórias e preconceituosas, permanecendo assim a relevância desses debates nos diversos ambientes. Além disso, enfatizamos o quão significativa é a ação de compra de cremes de cabelos, visto que as experiências vivenciadas na infância que são marcadas por preconceitos referentes aos cabelos podem provocar consequências até a fase adulta, independentemente da classe social. Damos destaque a essa medida, pois interpretamos que a mesma torna possível perceber uma atenção especial à criança negra e pode operar contra a permanência de estereótipos e silenciamentos, em acordo com relatos de outros estudos (CAVALLEIRO, 2003; OLIVEIRA, 2004; DIAS, 2007).

Conforme mencionamos, o encaminhamento dos cremes para cabelo em um primeiro momento não esteve livre de resistências e críticas. Contudo, de acordo com as entrevistas, analisamos que a gestão apresentou respostas para atender à demanda, todavia alguns/algumas profissionais das unidades se colocaram resistentes à medida. A posição da gestão acabou sendo de defesa incondicional à distribuição dos cremes:

(...) para algumas pessoas, isso aumentava ou trazia à tona o preconceito. Então isso foi pra mim um marco, a questão de bancar o creme e dizer é necessário sim e até para gestores negros, por exemplo. Eu lembro bem, de uma pessoa, uma gestora que me desacatou ao telefone, disse um monte de coisas do que ela achava que poderia estar acontecendo na creche, por conta de ser um creme específico para cabelo afro e aí quando eu vou argumentando com ela essa necessidade ela vai conseguindo perceber, coisas que ela também não percebia que ela acabava não percebia por conta de achar que se manter fechada para não poder sofrer ou aumentar ainda mais o preconceito. (Antonietta – entrevista concedida em 26/03/2012).

A respeito da reprodução de preconceitos e discriminações de gênero e raça Gomes (1996) considera que o contexto escolar vivenciado por mulheres negras pode influenciar nas suas práticas pedagógicas:

(...) notamos que o recurso do silenciamento e do discurso da igualdade são os mais usados. Um novo círculo vicioso se perpetua. A então criança negra, agora, professora, se vê diante de uma grande maioria de alunos negros com uma história muito próxima da sua. Porém, se na infância desta mulher, a não-existência de professoras negras poderia justificar a ausência da discussão da questão racial na prática escolar, nos dias atuais, apesar do número de profissionais negras na área educacional ter aumentado, isso ainda não tem revertido na inclusão da questão racial como uma discussão importante e necessária na escola. (GOMES, 1996, p. 76).

As práticas de resistências advindas das profissionais negras precisam ser analisadas num contexto mais amplo, em que as experiências de silenciamentos, de recusas, de



preconceitos e permanência do mito da democracia racial levam as pessoas a não acreditarem na existência das desigualdades, não considerando necessárias a promoção de políticas afirmativas. A bibliografia estudada aponta que ao transgredir esses discursos podemos caminhar em prol de uma sociedade mais justa e igualitária em que as diferenças não sejam compreendidas como inferioridades. O conceito de diferenças vem sendo utilizado de forma relacionada com o multiculturalismo (GONÇALVES e SILVA, 2004) e em pesquisas sobre relações raciais, retratando a importância do reconhecimento dessas diferenças enquanto algo afirmativo. Tal perspectiva pode auxiliar no processo de ampliação dos padrões e referenciais, bem como realçar as particularidades de cada sujeito.

Em meio às resistências relatadas, a gestora Lélia nos contou que:

(...) a resistência foi desde o negro ao alemão que nós temos aqui na rede, foi uma resistência geral, de achar que era inadequado, que esse tipo de política de falar sobre, de trazer isso, para essas pessoas isso reforça o preconceito e a discriminação. É difícil. (Lélia – entrevista concedida em 27/03/2012).

Diante desse cenário, conforme afirma a assessora Antonieta, a problematização a respeito das especificidades dos diferentes tipos de cabelos se fez necessária:

(...) isso precisava ser colocado para que fosse percebido, para que as pessoas tomassem conta disso, que eu não posso tratar um cabelo de um jeito e outro cabelo tão diferente, ou cabelos diferentes da mesma forma, achando que com isso eu não vou estar fazendo o preconceito. Evidenciar as diferenças não tem a ver com ser preconceituosa. E isso pra mim foi um grande marco assim, porque aí a gente teve que ir e fazer a defesa dessa postura, tão radical, tiveram uns municípios que vieram em cima e a gente sustentou. (Antonieta – entrevista concedida em 26/03/2012).

Colocar as crianças que costumeiramente são subalternizadas enquanto protagonistas das ações configura-se em uma tarefa complexa, pois muitos/as profissionais são favoráveis aos discursos universalistas. Para esses, reconhecer e valorizar as diferenças é compreendido como preconceito e discriminação. Todavia, como afirma Lélia, esses momentos de resistências e incertezas podem contribuir de modo positivo para o amadurecimento de futuras ações.

Então eu lembro que essa discussão foi, e realmente causou um frisson por toda a rede, mas isso foi importante pra gente retomar na formação, retomar na reunião de diretores. Eu fui muito questionada pelos diretores das creches e pré-escolas, mas enfim, supera. Tem isso para a diminuição do preconceito, mas o conhecimento é que vai diminuindo, o desconhecimento é um dos grandes causadores dos preconceitos. Então assim, nos materiais também, estou falando do creme, porque ele foi muito simbólico, a partir de então, a gente começou a comprar bonecas de diferentes etnias,



enfim outros materiais que as professoras na própria formação solicitavam e a gente entendia que era importante também. (Lélia – entrevista concedida em 27/03/2012).

Dessa maneira, a própria resistência pode auxiliar na problematização das questões, pois após a promoção de discussões e debates outras demandas vão surgindo como, por exemplo, a aquisição de cremes para outros tipos de cabelos além dos crespos.

(...) o creme foi avaliado, eu tenho essas avaliações, essas avaliações foram positivas, mesmo depois de ter enfrentado, as avaliações foram positivas na maioria delas, só que algumas pediam que fosse mais específico ainda. Que também fossem cremes para outros cabelos então, foram aparecendo outras demandas. A segunda etapa então, não é uma coisa que eu coloque da tal necessidade dos outros cremes, mas então foi comprado o mesmo creme pra cabelo afro e pra cabelo liso, então no ano passado. Esse ano eu ainda não perguntei se já compraram o creme, mas continua. (Antonieta – entrevista concedida em 26/03/2012).

Cabe ressaltar que, segundo a assessora Antonieta, essa política de compra de creme de cabelos permanece para o ano de 2012. Entretanto, devido a problemas na falta de participantes no processo de licitação, o mesmo não foi encaminhado para as creches e núcleos de educação infantil no ano de 2011. Contudo, a assessora afirmou que o não encaminhamento não se deu por conta de um recuo na decisão e sim por questões burocráticas. Através dessa situação realçamos a complexidade da gestão, isto é, de acordo com os depoimentos a Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis/SC expõe ter uma concepção política que busca promover a igualdade racial, porém lhes faltam instrumentos para essa efetivação, ou seja, ausência de empresas que atendam a essa demanda. Sendo assim, para além da compreensão da relevância dessas iniciativas em âmbito educacional, têm-se a relação com as empresas produtoras desses materiais.

Conforme podemos perceber, os debates que envolvem realçar que as diferenças não significam inferioridades, ainda, provocam muitas questões e polêmicas, entretanto salientamos a relevância desses elementos permearem as problematizações que abarcam as especificidades da educação infantil, visto que essa primeira etapa da educação básica deve ser compreendida enquanto um espaço de cuidar e educar que considera, valoriza e respeita todas as crianças independentemente dos seus pertencimentos étnico-raciais, sociais, de gênero ou religiosos.

Desta forma, uma política voltada para o reconhecimento da diferença, exige que as instituições públicas não passem por cima das particularidades. Afinal, existem muitas maneiras de viver a vida em uma sociedade. E o mais interessante, é quando apreendemos e compreendemos o outro, que podemos perceber com nitidez o que somos e os valores que norteiam a nossa vida. (CARDOSO, 2012, p. 4).



A discussão sobre a distribuição de cremes de cabelo crespo traz elementos relevantes para a análise. Podemos interpretar que a resistência manifesta revela alguns aspectos do “*Racismo à Brasileira*” (TELLES, 2003). Um primeiro ponto é o fato de que abordar questões raciais, via de regra, gera incômodo e desconforto. Silva (2012) compreende o silêncio em torno das particularidades do/a negro/a como estratégia que reifica o mito da democracia racial. Ao tratar a “todos” com uma suposta igualdade somos colocados em uma região de conforto, mantendo a “crença” da não existência do racismo.

Abordar aspectos relacionados às diferenças étnico-raciais, enfatizar as questões referentes às especificidades da população negra para alguns sujeitos ainda é visto como racismo, cenários que favorecem a permanência dos silenciamentos e da branquidade normativa. Justifica-se, então, a relevância de questionamentos sobre as relações raciais na educação básica e na sociedade como um todo, para que por meio de políticas que busquem promover a igualdade racial possam ser pensados mecanismos de compreensão e transgressão das reais situações que permeiam a relações sociais brasileiras.

Concluindo nossas análises sobre a política de aquisição de creme para cabelos crespos, ressaltamos que essa ação somada à oferta de formação continuada, aquisição de livros, bonecos/as, entre outras medidas podem se configurar como possibilidades de concretização de políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo abordamos questões referentes às políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC, em especial, o início da política, a inserção da temática nos documentos municipais e a política de aquisição de creme para cabelo.

Sobre o início da política conhecemos que esse processo foi marcado por denúncias dos movimentos negros e de professores/as integrantes de uma formação continuada sobre a temática ofertada pela Diretoria de Ensino Fundamental, diante da distribuição de um calendário que só retratava imagens de crianças brancas. Por meio dessa situação podemos ressaltar a importância da atuação do movimento negro em ações de âmbito educacional. Além disso, assim como em outras pesquisas (DIAS, 2007; ROCHA, 2008; SARAIVA, entre



outras) apontamos o papel fundamental da oferta de formação continuada, a qual pode ser elencada como um diferencial na elaboração e execução das propostas.

Em meio às análises dos documentos municipais observamos que os documentos que apresentaram que sua elaboração foi realizada de forma participativa exploraram de maneira mais direta as questões relacionadas à diversidade étnico-racial e promoção da igualdade racial, considerando essas disposições enquanto integrantes do rol de responsabilidades da educação infantil.

A respeito da política de aquisição de cremes para cabelo, consideramos que essa pode ser considerada um diferencial da política de promoção da igualdade racial da Diretoria de Educação Infantil de Florianópolis/SC, já que ao ser iniciada protagonizou os cabelos crespos. Conforme expomos essa medida passou por processos de resistências, as quais interpretamos a partir da *etiqueta das relações raciais* (NOGUEIRA, 2006; SILVA, 2005) e do *racismo à brasileira* (TELLES, 2003), demonstrando assim as complexidades das relações raciais em nossa sociedade.

Assim como outras políticas, as políticas de promoção da igualdade racial da rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC deparam-se com contradições e limitações, porém apresentam possibilidades de ações a serem desenvolvidas na primeira etapa da educação básica. Pretendemos através desse artigo, contribuir no processo de reflexão sobre possíveis propostas, ações e políticas de promoção da igualdade racial voltadas à primeira etapa da educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Arleandra Cristina. **A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil**. Prévvia de tese apresentada à Banca de Qualificação do curso de Pós-Graduação em Educação - Linha de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 2012.

BALL, Stephen. J. **Ciclo de políticas/análise de políticas**. Rio de Janeiro: UERJ, 09/11/2009. (Palestra ministrada para professores e alunos da pós-graduação UERJ).

BRASIL. Ministério da Educação. **Crêterios para um atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Brasília: MEC, 1997.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Introdução**, vol. 1. Brasília: MEC, 1998.



_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - Formação Pessoal e Social**, vol. 2. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – Conhecimento de mundo**, vol. 3. Brasília: MEC, 1998.

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, vol. 1**. Brasília: MEC, 2006. (a)

_____. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, vol. 2**. Brasília: MEC, 2006. (b)

_____. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis à Educação**. Brasília: MEC, 2006. (c)

_____. **Indicadores de Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009.

_____. **Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial**. Brasília: MEC, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2003.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Políticas Culturais na Educação**. Florianópolis: NEAB/UDESC, 2012. (Texto não publicado).

CARVALHO, Thaís Regina de. **Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2013.

DIAS, Karina Araújo. **Formação Continuada para Diversidade Étnico-Racial: Desafios Pedagógicos no Campo das Ações Afirmativas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

DIAS, Lucimar Rosa. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

FERNANDES, Renata Batista Garcia. **No Movimento do Currículo, a diversidade étnicorracial em escolas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2010-2011)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de Educação. **PORTARIA Nº 038/07**. Florianópolis, SC: SME, 2007.

_____. **Plano Municipal de Educação de Florianópolis**. Florianópolis, SC: SME, 2009.

_____. **Diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil. Secretaria Municipal de Educação**. Florianópolis: Prelo Gráfica & Editora Ltda., 2010.

_____. **Orientações Curriculares da Educação Infantil de Florianópolis**. Florianópolis, SC: SME, 2012.



GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade.** Cadernos Pagu (6-7) 1996, p.67-82.

_____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVEZ e SILVA, Petronilha Beatriz. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

MAINARDES, Jefferson. **A Abordagem do Ciclo de Políticas e suas Contribuições para a Análise da Trajetória de Políticas Educacionais.** Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v. 1, nº 2, p. 94-105, maio/ago. 2006.

MARÇAL, José Antônio. **Política de Ação Afirmativa na Universidade Federal do Paraná e a Formação de Intelectuais Negros (As).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011.

MUNANGA. Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas.** Revista Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov., 2006.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas pedagógicas produzem e revelam sobre a questão racial?** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

ROCHA, Leandra Jacinto Pereira. **Educação infantil pré-escolar: um espaço/tempo para práticas antirracistas.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Movimento Negro no cenário brasileiro: Embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980 – 1990.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2005.

_____. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito a creche no contexto dos debates sobre infâncias e relações raciais. In.: BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Infantil, igualdade Racial e diversidade: Aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** Brasília: MEC, 2012. p. 12 – 46.

SANTOS, Sales Augusto dos. A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista e do movimento negro. In.: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC, 2005. p. 21 – 39.

SANTOS, Marta Alencar dos. **Educação da Primeira Infância Negra em Salvador: um olhar sobre as políticas educacionais.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia Salvador, BA, 2008.

SARAIVA, Camila Fernanda. **Educação infantil na perspectiva das relações étnico-raciais: relato de duas experiências de formação continuada de professores no município de Santo André.** Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 2009.



SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. In.: ROMÃO, Jeruse. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: MEC, 2005. p. 65 – 79.

SILVA, Kátia Vicente da. **A Implementação da Lei 10.639/03 no Município de São João de Meriti**: Limites e Possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Relações raciais em livros didáticos de Língua Portuguesa**. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, 2005.

_____. **O Silêncio como Estratégia Ideológica no Discurso Racista Brasileiro**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 110-129, Jan/Abr. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. – 2. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ Fundação Ford, 2003.

Recebido em março de 2013

Aprovado em maio de 2013